

Considerando a publicação da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que definiu a estrutura nuclear das Direcção Regionais de Agricultura e Pescas e as respectivas competências;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído no candidato José Francisco Ferragolo da Veiga;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão do técnico superior, doutorado José Francisco Ferragolo da Veiga e que o mesmo possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio o técnico superior, doutorado José Francisco Ferragolo da Veiga, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, do mapa de pessoal da DRAP Alentejo.

A presente nomeação produz efeitos à data da posse.

6 de Abril de 2009. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

### Nota Curricular

#### Identificação

Nome — José Francisco Ferragolo da Veiga

Data de Nascimento — 17-11-1951

#### Habilitações académicas

Doutoramento em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (2002);

Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1995);

Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1974).

#### Formação Profissional

Releva-se da formação profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, 120 horas, 2007;

Estágio na Comissão Europeia, Direcção-Geral de Agricultura, DGVI, duração de duas semanas, 1992;

Curso GESTAGRO — Sistema Informatizado de Contabilidade de Gestão para Empresas Agrícolas, 50 horas, 1989;

Curso Associativismo Agrícola, 64 horas, 1986;

Missões técnicas no estrangeiro:

Conferência final e reuniões do projecto «CORASON — A cognitive approach to rural development: The dynamics of expert and lay knowledges (2004-2007)», realizadas na Irlanda, na Grécia e em Itália, 2007, 2006 e 2005;

Integração de missão técnica a Marrocos no âmbito de um projecto de cooperação para o desenvolvimento entre a Terras Dentro — Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais e a Associação ANWAR IDAGH de Marrocos, 2005;

Reuniões do projecto Rede Europeia de Turismo de Aldeia, INTER-REG III C (2003-2006), realizadas na Finlândia e em Itália, 2005, 2004;

Integração de missões técnicas do MADRP a Moçambique no âmbito da cooperação portuguesa com o ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique, 2001, 2000 e 1999;

Visita à região de Ansbach a convite do Ministério do Estado da Baviera para a Alimentação, Agricultura e Florestas, República Federal da Alemanha, 1993;

Diversas participações em Colóquios, Congressos e Seminários.

#### Experiência Profissional

2007 — Nomeado em regime de substituição, Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, por despacho de 7-03, do Director Regional;

2001 — Regresso à Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL). Exercício de funções técnicas na Divisão de Estudos;

1998 — Destacamento no Instituto Superior de Agronomia, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural;

1997 — Nomeado Chefe de Divisão de Estudos da DRAAL, por despacho de 08-05, do Secretário de Estado da Agricultura;

1994 — Exercício de funções técnicas na Divisão de Formação Profissional e Associativismo da DRAAL;

1993 — Nomeado Chefe de Divisão de Formação Profissional e Associativismo da DRAAL, por despacho de 08-04, do Secretário de Estado da Agricultura;

1992 — Nomeado em regime de substituição, Director de Serviços de Extensão da DRAAL, por despacho de 14-02, do Secretário de Estado da Agricultura;

1986 — Nomeado Chefe de Divisão de Associativismo e Gestão da Empresa Agrícola da DRAAL, por despacho de 13-10, do Secretário de Estado da Alimentação em substituição do Secretário de Estado da Agricultura;

1977 — Exercício de funções técnicas na Divisão de Ordenamento, Núcleo de Estatística da DRAAL;

1977 — Integração na Brigada Técnica da XII Região Agrícola;

1975 — Exercício de funções técnicas em regime de tarefa, no Centro Regional de Reforma Agrária de Évora do Ministério da Agricultura;

1974 — Início da actividade profissional, em Dezembro, com exercício de funções técnicas, em regime de tarefa, no Fundo de Fomento da Habitação — Serviço de Apoio Ambulatório.

201802771

### Despacho (extracto) n.º 12212/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, adiante designada por DRAP Alentejo;

Considerando a publicação da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que definiu a estrutura nuclear das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e o Despacho n.º 9753/2007, de 30 de Março, que criou as unidades flexíveis da DRAP Alentejo e as respectivas competências, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 31109/2008, de 16 de Setembro;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, licenciada, Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio a técnica superior, licenciada, Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural Sustentável, do mapa de pessoal da DRAP Alentejo.

A presente nomeação produz efeitos à data da posse.

6 de Abril de 2009. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

### Nota curricular

#### Identificação

Nome — Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha

Data de Nascimento — 16-08-1953

#### Habilitações académicas:

Licenciatura em Sociologia, Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos de Évora “Bento de Jesus Caraça” (1976).

**Formação Profissional**

Releva-se da formação profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, 120 horas, 2007;  
 Curso Qualificação de Produtos e Modos de Produção Tradicionais, 35 horas, 2004;  
 Seminário Desenvolvimento Rural e Reforma Antecipada, 14 horas, 2001;  
 Curso Técnicas de Comunicação em Público, 30 horas, 1997;  
 Curso Reciclagem no Âmbito do REG (CEE), 18 horas, 1997;  
 Curso Acompanhamento e Controlo de Candidaturas Medida 6 do PAMAF, 28 horas, 1995;  
 Curso Associativismo e Desenvolvimento, 35 horas, 1993;  
 V Curso de Formação no Âmbito da Aplicação a Portugal do Regulamento (CEE) n.º 797/35 — Nível I, 30 horas, 1987.

**Experiência Profissional**

2007 — Nomeada em regime de substituição, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural Sustentável da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, por despacho de 5-04, do Director Regional;  
 2002 — Exercício de funções técnicas na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL);  
 1997 — Nomeada Chefe de Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da DRAAL, por despacho de 8-05, do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;  
 1994 — Nomeada Chefe de Divisão de Formação Profissional e Associativismo da DRAAL, por despacho de 2-05, do Secretário de Estado da Agricultura;  
 1991 — Responsável pelo gabinete de apoio ao chefe da zona agrária de Elvas e pelo Núcleo de Valorização do Meio Rural da DRAAL;  
 1984 — Responsável pelo sector de extensão rural da zona agrária de Elvas da DRAAL;  
 1980 — Exercício de funções técnicas na Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária da Sub-Região Barlavento da Direcção Regional de Agricultura do Algarve;  
 1978 — Responsável pela Repartição de Pessoal e Assuntos Gerais da DRAAL. Em Novembro de 1979 foi nomeada em regime de substituição, Chefe desta Repartição;  
 1976 — Exercício de funções técnicas no Centro Regional de Reforma Agrária de Castelo Branco, tendo sido integrada na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.

201802674

**Despacho (extracto) n.º 12213/2009**

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, adiante designada por DRAP Alentejo;

Considerando a publicação da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que definiu a estrutura nuclear das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e as respectivas competências;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Teresa Maria da Silva Vale Fernandes Engana;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, licenciada, Teresa Maria da Silva Vale Fernandes Engana e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Nomeio a técnica superior, licenciada, Teresa Maria da Silva Vale Fernandes Engana, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Directora

de Serviços de Planeamento e Controlo, do mapa de pessoal da DRAP Alentejo.

A presente nomeação produz efeitos à data da posse.

21 de Abril de 2009. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

**Nota Curricular****Identificação**

Nome — Teresa Maria da Silva Vale Fernandes Engana

Data de Nascimento — 3-12-1950

Habilitações académicas:

Pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias, Universidade de Évora (1993);

Curso de Estudos Europeus, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991);

Licenciatura em Economia, Universidade de Évora (1985).

**Formação Profissional**

Releva-se da formação profissional:

Curso Gestão por Objectivos e Avaliação do Desempenho, 21 horas (2006);

Curso Técnicas de Entrevista de Avaliação de Desempenho, 15 horas (2006);

Seminário de Alta Direcção, 40 horas (2005);

Curso de aperfeiçoamento para os Assuntos Europeus, 60 horas (1987).

**Experiência Profissional**

2007 — Nomeada em regime de substituição, Directora de Serviços de Planeamento e Controlo da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, por despacho de 7-03, do Director Regional;

1989 — Nomeada Chefe de Divisão de Documentação e Informação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 17-03, do Secretário de Estado da Agricultura.

**Outras funções:**

2006 — Nomeada em 14-06, por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, membro do grupo de ligação do Ministério da Agricultura ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a coordenação dos trabalhos preparatórios da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia;

2000 — Colaboração de 19 a 29-07, na organização da 22.ª Conferência Regional da FAO para a Europa que decorreu na cidade do Porto;

2000 — Membro da delegação portuguesa que acompanhou o Ministro da Agricultura ao Conselho Informal de Agricultura realizado durante a Presidência Finlandesa da União Europeia;

1999 — Nomeada em 20-05, por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, membro do grupo de ligação do Ministério da Agricultura ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a coordenação dos trabalhos preparatórios da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia;

1999 — Membro da delegação portuguesa que acompanhou o Ministro da Agricultura ao IV Fórum Ibero-Americano de Agricultura em Havana;

1998 — Designada, por despacho de 30-01, membro da Secretaria Pro Tempore do III Fórum Ibero-Americano da Agricultura no âmbito da VII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo;

1998, 2001, 2004 e 2007 — Membro da Comissão Executiva do 4.º, 5.º, 6.º e 7.º Simposium de Vitivinicultura do Alentejo.

201802609

**Despacho (extracto) n.º 12214/2009**

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, adiante designada por DRAP Alentejo;

Considerando a publicação da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que definiu a estrutura nuclear das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e as respectivas competências;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Maria José Tomé Gomes;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, mestre, Maria José Tomé Gomes e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005,